



Demonstrações Financeiras Banco Bari

1º Semestre 2023

Banco Bari de
Investimentos e
Financiamentos
S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais referente ao semestre
findo em
30 de junho de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	8
Balanço patrimonial	11
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais	16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas.

Visão Corporativa

A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo privado de capital fechado, líder do Conglomerado Prudencial Bari, este composto, adicionalmente, pelas controladas Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, incluindo parecer sem ressalva dos Auditores Independentes, KPMG Auditores, referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2023. O Banco é especializado em dois produtos, quais sejam: crédito consignado e crédito imobiliário, este com derivações, como financiamentos para aquisição de imóveis, compra de carteiras de recebíveis imobiliários e empréstimos com garantia de imóveis para pessoas físicas e jurídicas.

Iniciativas Inovadoras

O Banco Bari está envolvido na introdução de novas ferramentas em sua operacionalidade, atendendo inclusive programas instituídos pelo Banco Central do Brasil, como o PIX e o “*Open Finance*”. O primeiro vem sendo objeto de aperfeiçoamentos institucionais, a cargo do seu gestor, Banco Central do Brasil, com crescente adesão de clientes às práticas decorrentes que vem sendo implementadas, representando uma transformação significativa na forma de relacionamento financeiro entre credor e devedor. Sobre o segundo, está fixado pelo Bacen um calendário de implantação de cada fase projetada, e estamos cumprindo os prazos indicados e, em futuro breve, poderá trazer ganhos para a clientela, em resposta ao compartilhamento de dados bancários entre instituições financeiras ali estabelecido.

Vale destacar que, após recebermos o prêmio da “IDWALL”, empresa reconhecida internacionalmente e referência no ramo de segurança da área digital, em razão da melhor experiência aqui implantada em “*onboarding*” (procedimentos para abertura de conta) entre todos os bancos do Brasil referente ao período de 2021, em 2022, permanecemos entre os melhores, obtendo a 3ª colocação no ranking instituído pela empresa acima nomeada.

Área Administrativa

Realizamos diversas ações e reuniões informativas periódicas sobre novos produtos, melhorias e novidades no nosso app e plataformas digitais, em que parcela relevante do funcionalismo vem marcando presença.

Diversos outros programas nesta linha foram desenvolvidos, dos quais selecionamos os seguintes:

- Ações de Engajamento do Quadro em Datas Festivas;
- CHA com RH (Conhecimento, Habilidade e Atitude). O Objetivo, foi compartilhar o modelo de Gestão de Pessoas esperado pelo Bari, apresentando as principais frentes de atuação da área de P&C e indicadores de *people analytics* (cenário atual das áreas e perspectivas para o ano);
- Treinamento para desenvolvimento de *Softskills* (habilidades interpessoais, relacionadas a forma de se relacionar ou interagir com as pessoas) e *Hardskills* (habilidades adquiridas em sala de aulas ou em livros e apostilas);
- Diversidade (Ações Internas de Sensibilização e Disseminação do Respeito + Inclusão); e
- Continuidade do projeto “Mentorias com as Lideranças”, capacitando colaboradores a exercerem cargos de chefia.

Destaques Operacionais

Apresentamos, a seguir, os números alcançados (R\$ mil), que mostram a evolução ocorrida no 1º semestre de 2023, comparativamente à posição de encerramento do exercício de 2022:

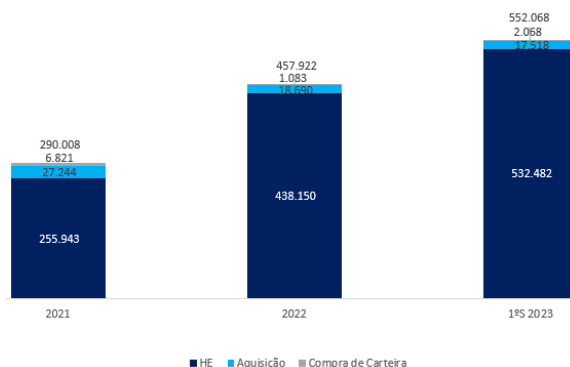
	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
a) Patrimônio Líquido:	152.346	143.475
b) Ativos de crédito:	896.469	801.296
c) Captação:	1.061.361	914.900
d) Índice de Basileia:	13,37%	12,62
e) Lucro (prejuízo) do período:	(*) 4.706	(**)(11.314)
Carteira de Crédito		
f) Atraso > 90 dias	4,21%	4,47%
g) Atraso > 180 dias	2,86%	2,96%
h) AA até C	96,40%	95,64%
i) D até H	3,60%	4,36%

Lucro (*) semestral (**) anual

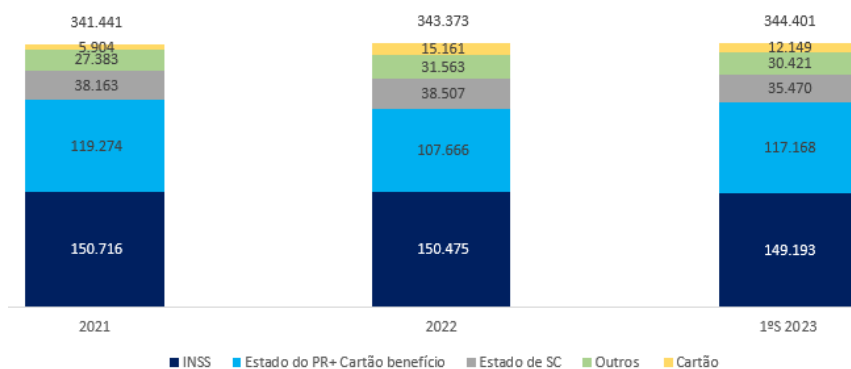
O resultado auferido na posição de 30/06/2023, consoante item “e” supra, decorreu, em grande parte, das medidas de racionalização de custos, após efetivada a implantação do banco digital, valendo dizer que tais dispêndios, a par de terem alcançado benefícios a várias áreas operacionais do Conglomerado, estenderá suas vantagens para exercícios futuros sem gerar novos acréscimos significativos de despesas. A esse respeito, realçamos que a quase totalidade das operações no Consignado e no Imobiliário é realizada via digital. No que se refere ao rating de clientes, a seleção disposta de novos critérios cadastrais para concessão de crédito, concorreu para o alcance dos percentuais declinantes na faixa indicada no item “i”, retro.

O crescimento da carteira de crédito, de aproximadamente 42%, quando se observa os dois gráficos abaixo apresentados (imobiliário, crédito consignado e cartão de crédito), compreendendo o período dezembro de 2021 a junho de 2023, e de 12% no intervalo dezembro de 2022 a junho de 2023, foi resultante de aperfeiçoamentos operacionais continuados, com destaque para a nova esteira de contratação de créditos, em que houve redução importante do tempo médio de análise a ser empreendida.

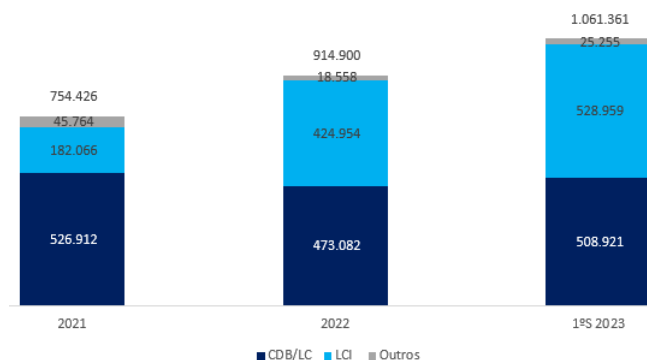
Carteira de Crédito - Imobiliário



Carteira de Crédito – Consignado e Cartão



As captações experimentaram incremento próximo a 41% no período de dezembro de 2021 a junho de 2023 e de 16% no período de dezembro de 2022 a junho de 2023, sendo realizadas em volume crescente por via app, o que trouxe agilidade e comodidade aos nossos correntistas, presente que disponibilizamos àqueles investidores demonstrativos mensais acerca de suas aplicações.



Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, conforme consta em cláusula do estatuto social. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados, também, aos dividendos obrigatórios. Conforme a política de distribuição de dividendos, os créditos respectivos serão efetivados após deliberação da AGO do exercício de 2024, com fundamento no resultado do final do exercício de 2023. Os dividendos não obrigatórios são destinados através de definição de assembleia geral extraordinária ou por decisão da próxima assembleia geral ordinária. Mais informações sobre dividendos e juros sobre capital próprio estão na nota explicativa 19.c.

Governança Corporativa

O Banco Bari atende aos princípios básicos de Governança Corporativa, com reuniões regulares do seu Conselho de Administração, e cumprindo uma rotina semanal de reuniões de sua Diretoria, a revelar comprometimento e seriedade na condução dos seus negócios. Dispõe de um Código de Ética e Conduta, de Canal de Denúncias, ações internas de sensibilização e disseminação da inclusão, com vistas a respeitar a diversidade e outros instrumentos de transparência de gestão, em total simetria com os preceitos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e de Capital

Em consonância com as prescrições da Resolução CMN n.º 4.557/17, elegemos setores para atuarem no controle dos diversos riscos previstos no citado normativo, representados por risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco socioambiental, risco de gerenciamento de capital, entre outros. Elaboramos uma Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e contamos com um Diretor investido como responsável pelo assunto (CRO). Testes de estresse são realizados semestralmente, de forma a prevenir eventos com severidade que possam derivar de cenários pouco comuns. No que tange ao risco de mercado e IRRBB, este último que cuida da avaliação e controle de seus principais determinantes, incluindo o descasamento entre ativos e passivos, em relação a prazos, taxas e indexadores, ressaltamos que adotamos providências defensivas, efetuando swap que cobrem parcela relevante daqueles descasamentos. Conquanto estejamos desobrigados de criar um Comitê para acompanhamento da evolução dos diversos riscos, conforme indicado na resolução acima para entidades em que nos inserimos de classe S4, instituímos uma Comissão para executar tal tarefa, que tem a presença, entre outros técnicos, de todos os diretores e reuniões trimestrais. Tais providências são conjugadas com medidas relativas a controles internos, igualmente estabelecidas na regulamentação (Resolução CMN 4.968, de 25.11.2021).

Agradecimentos

Considerando o exposto, a Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores, a demonstrar pleno engajamento na construção de um banco moderno e competitivo, superando os desafios que se apresentem, e perseguindo um futuro com crescimento sustentável.

29 de agosto de 2023.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

**Aos Conselho de Administração e Diretores da
Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.**
Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

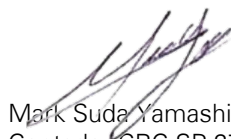
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de agosto de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		<u>438.537</u>	<u>332.772</u>	Circulante		<u>507.077</u>	<u>409.715</u>
Disponibilidades	4	<u>12.228</u>	<u>3.553</u>	Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>476.915</u>	<u>361.245</u>
Instrumentos financeiros		<u>409.002</u>	<u>300.534</u>	Depósitos		<u>232.246</u>	<u>202.693</u>
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>215.887</u>	<u>129.828</u>	Depósitos a vista	12.a	25.808	18.828
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	201.766	109.972	Depósitos a prazo	12.a	206.248	183.679
Carteira própria	5.a	14.121	19.540	Outros depósitos	12.a	190	186
Vinculados a garantia de operações	5.b	-	316	Obrigações por operações compromissadas	12.b	<u>52.142</u>	<u>-</u>
Operações de crédito	6	<u>193.115</u>	<u>170.706</u>	Carteira terceiros		<u>52.142</u>	<u>-</u>
Operações de crédito - setor privado		208.578	186.744	Recursos de aceites de emissão de títulos	12.c	<u>192.527</u>	<u>158.552</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(15.463)	(16.038)	Recursos de aceites cambiais		104	2.880
Outros ativos financeiros	7	<u>14.833</u>	<u>25.903</u>	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		192.423	155.672
Outros ativos financeiros		14.874	26.008	Relações interfinanceiras	13	<u>6.628</u>	<u>19.259</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(41)	(105)	Transações de pagamento		6.628	19.259
Outros ativos	8	<u>2.474</u>	<u>2.782</u>	Outras obrigações		<u>23.534</u>	<u>29.211</u>
Outros ativos		2.474	2.782	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		603	458
Não circulante		<u>857.964</u>	<u>777.087</u>	Sociais e estatutárias	14	1.155	37
Realizável a longo prazo		<u>752.606</u>	<u>676.666</u>	Fiscais e previdenciárias	15	1.373	716
Instrumentos financeiros		<u>694.976</u>	<u>630.431</u>	Diversas	16	20.403	28.000
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>19.886</u>	<u>25.196</u>	Não circulante		<u>638.099</u>	<u>556.669</u>
Carteira própria	5.a	17.793	18.861	Exigível a longo prazo		<u>638.099</u>	<u>556.669</u>
Vinculados a garantia de operações	5.b	1.167	793	Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>636.588</u>	<u>553.655</u>
Instrumentos financeiros derivativos	5.c	926	5.542	Depósitos	12.a	<u>301.562</u>	<u>285.337</u>
Operações de crédito	6	<u>675.090</u>	<u>605.235</u>	Depósitos a prazo		<u>301.562</u>	<u>285.337</u>
Operações de crédito - setor privado		687.891	614.552	Recursos de aceite de emissão de títulos	12.c	<u>335.026</u>	<u>268.318</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(12.801)	(9.317)	Recursos de aceites cambiais		-	-
Créditos tributários	23	<u>44.648</u>	<u>43.049</u>	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		335.026	268.318
Outros ativos financeiros	7	<u>489</u>	<u>818</u>	Outras obrigações		<u>1.511</u>	<u>3.014</u>
Outros ativos financeiros		815	1.231	Fiscais e previdenciárias	15	317	2.494
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(326)	(413)	Diversas	16	1.194	520
Outros ativos	8	<u>12.493</u>	<u>2.368</u>	Patrimônio líquido	18	<u>151.325</u>	<u>143.475</u>
Outros ativos		13.243	3.118	Capital	18.a	<u>104.500</u>	<u>100.000</u>
Provisão para redução ao valor recuperável		(750)	(750)	De domiciliados no país		<u>104.500</u>	<u>100.000</u>
Permanente		<u>105.358</u>	<u>100.421</u>	Reservas de lucros		47.291	43.703
Investimentos		<u>76.972</u>	<u>69.041</u>	Ajustes a valor de mercado - Títulos e valores mobiliários		48	(228)
Investimentos em participações em coligadas e controladas	10	76.969	69.038	Ajustes a valor de mercado - Hedge fluxo de caixa		(514)	-
Outros investimentos		3	3				
Imobilizado de uso		<u>1.582</u>	<u>1.657</u>				
Outras imobilizações de uso		3.397	3.372				
Depreciações acumuladas		(1.815)	(1.715)				
Intangível	11	<u>26.804</u>	<u>29.723</u>				
Ativos intangíveis		53.549	50.003				
Amortização acumulada		(26.745)	(20.280)				
Total do ativo		<u><u>1.296.501</u></u>	<u><u>1.109.859</u></u>	Total do passivo		<u><u>1.296.501</u></u>	<u><u>1.109.859</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	30/06/2023	30/06/2022
Receitas da intermediação financeira		<u>95.455</u>	<u>74.725</u>
Operações de crédito		83.785	68.613
Resultado com títulos e valores mobiliários	5.c	11.998	7.140
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.c	(328)	(1.028)
Despesas da intermediação financeira		<u>(73.425)</u>	<u>(64.508)</u>
Operações de captação no mercado	12.e	(59.808)	(50.810)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.b	(13.617)	(13.698)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>22.030</u>	<u>10.217</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(20.359)</u>	<u>(31.638)</u>
Receita de prestação de serviços	20	3.585	5.614
Despesas de pessoal		(3.564)	(3.580)
Outras despesas administrativas	22	(36.287)	(45.242)
Despesas tributárias	21	(2.168)	(1.640)
Resultado de participação em coligadas e controladas	10	8.013	10.385
Outras receitas operacionais		10.846	2.917
Outras despesas operacionais		(784)	(92)
Resultado operacional		<u>1.671</u>	<u>(21.421)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>1.671</u>	<u>(21.421)</u>
Imposto de renda e contribuição social	23	<u>3.035</u>	<u>14.310</u>
Provisão para imposto de renda		(12)	-
Provisão para contribuição social		(10)	-
Ativo fiscal diferido		3.057	14.310
Lucro líquido (prejuízo) do período		<u>4.706</u>	<u>(7.111)</u>
Quantidade de ações		104.500	82.000
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações - R\$ 1		0,0450	(0,0867)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2023	30/06/2022
Lucro líquido do período	<u>4.706</u>	<u>(7.111)</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(238)	26
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	502	48
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças do valor justo	(935)	-
Imposto de renda e contribuição social	<u>195</u>	<u>(22)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>4.468</u></u>	<u><u>(7.085)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
			Legal	Estatutária / Especial			
Saldos em 1 de janeiro de 2022	82.000	-	5.389	49.628	(517)	-	136.500
Aumento de capital	-	4.800	-	-	-	-	4.800
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	26	-	26
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	(7.111)	(7.111)
Destinações:							-
Constituição de reserva	-	-	-	(7.111)	-	7.111	-
Saldos em 30 de junho de 2022	82.000	4.800	5.389	42.517	(491)	-	134.215
Mutações do semestre	-	4.800	-	(7.111)	26	-	(2.285)
Saldos em 1 de janeiro de 2023	100.000	-	5.572	38.131	(228)	-	143.475
Aumento de capital	18	4.500	-	-	-	-	4.500
Aumento de capital homologado	18	4.500	(4.500)	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(238)	-	(238)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	4.706	4.706
Destinações:							-
Constituição de reserva	-	-	235	3.353	-	(3.588)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(1.118)	(1.118)
Saldos em 30 de junho de 2023	104.500	-	5.807	41.484	(466)	-	151.325
Mutações do semestre	4.500	-	235	3.353	(238)	-	7.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2023	30/06/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	4.706	(7.111)
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	6.638	5.225
Equivalência patrimonial	(8.013)	(10.385)
Resultado com instrumentos derivativos	78	223
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.617	13.698
Provisão para outros ativos financeiros	4	118
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	190	28
Provisão para imposto de renda e contribuição social	22	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	(3.057)	(14.310)
Lucro na venda de imobilizado	(32)	-
Lucro na venda de investimentos	(9.989)	-
Participação dos empregados	-	(306)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Títulos e valores mobiliários	29.738	(4.326)
Operações de crédito	(105.881)	(97.374)
Outros ativos financeiros	11.461	134
Outros ativos	(9.817)	(932)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Depósitos a vista e a prazo	45.778	(42.075)
Obrigações por operações compromissadas	52.142	(1.291)
Recursos de aceites cambiais	100.683	149.909
Relações interfinanceiras	(12.631)	-
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados	145	(57)
Obrigações sociais e estatutárias	-	(217)
Obrigações fiscais e previdenciárias	(320)	(409)
Outras obrigações	(7.113)	8.707
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(66)	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	108.283	(751)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos	-	32.022
Aumento de capital em investimentos	(279)	(157)
Aquisições de investimento	(1)	-
Aquisições de imobilizado	(86)	(40)
Adições ao intangível	(3.546)	(10.546)
Alienação de investimento	9.990	-
Alienação do imobilizado	20	73
Baixa do intangível	361	225
Caixa líquido (utilizados) nas atividades de investimentos	6.459	21.577
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-
Aumento de capital	17 4.500	-
Caixa líquido aplicado na atividades de investimentos	4.500	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	119.242	20.826
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	94.752	80.358
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	213.994	101.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (“Banco”), constituído sob a forma de banco múltiplo, com duas carteiras: a) Investimentos; e b) crédito, financiamento e investimentos, atua com ênfase no crédito pessoal e servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens, cartão de crédito e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Está localizado na Av. Sete de Setembro, nº 4781, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras individuais

a. Base de elaboração das demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, adaptadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) , nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09.

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. O Banco aguarda um detalhamento maior por parte do regulador com as alterações necessárias para sua implementação e assim concluir a avaliação dos impactos da sua adoção.

O projeto de implementação do normativo sob lide foi estruturado em várias etapas, algumas das quais já foram concluídas, outras estão em andamento e também há fases a serem iniciadas:

- Etapas já concluídas:
 - (1) Mapeamento das Áreas envolvidas;
 - (2) Identificação dos processos impactados;
 - (3) Reunião com os provedores de software;
 - (4) Entrega e aprovação do plano de implementação junto ao Conselho de Administração.

- Etapas em andamento:
 - (1) Acompanhamento de reuniões sobre este normativo junto a entidade de classe (ABBC) e ao Bacen;
 - (2) *Follow up* dos trabalhos junto aos provedores de software.
- Etapas que serão iniciadas:
 - (1) Homologação dos *softwares*;
 - (2) Parametrização dos *softwares*;
 - (3) Apresentação do estudo de impacto nas Demonstrações Financeiras;
 - (4) Conclusão do projeto.

A Resolução CMN n° 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, essa Resolução entrou em vigor em 1° de janeiro de 2022. Foi realizada avaliação e análise por parte do Banco, cujo resultado demonstrou que não há impactos e procedimentos a serem estabelecidos.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN n° 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1° de janeiro de 2025. Esse normativo não tem impacto no Banco Bari.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras individuais no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais do Banco, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios/semestres.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião [●] de agosto de 2023.

b. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3 g e 6.b** – critério de provisionamento: mensuração para perda esperada associada ao risco de crédito.

c. Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco.

Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras individuais são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c. Instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria, de acordo com a intenção da Administração em mantê-lo até seu vencimento ou vendê-lo antes dessa data:

- **Títulos disponíveis para a venda:** Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Ajustes com títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.
- **Títulos mantidos até o vencimento:** Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis.

- **Títulos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

As operações com derivativos, representados por operações de swap, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos de swap são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os instrumentos derivativos, designados como parte de estrutura de proteção de riscos (“hedge”) são classificados como “hedge” de fluxo de caixa. A parcela efetiva da valorização ou desvalorização dos instrumentos financeiros derivativos é registrada em contrapartida conta destacada no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do hedge, ou (ii) na realização do objeto do hedge. A parcela não efetiva do respectivo hedge é reconhecido diretamente no resultado.

Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos

As principais operações de crédito do Banco são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate/liquidação, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registrados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

d. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível “A”, conforme critérios da Resolução 2.697/00 do CMN.

As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As rendas com operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

e. Outros ativos

Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros

f. Investimentos

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

g. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do Banco.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%

Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

h. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

	Taxa - %
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	20% e 25%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

i. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*Impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

k. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

- **Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

I. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Banco espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

m. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes do Banco assume-se que o lucro líquido do Banco no semestre findo em 30 de junho de 2023 R\$ 4.706, inclui R\$ 9.989 originado da alienação de 100% da participação do Banco Bari na Baricor Corretora de Seguros. O prejuízo líquido em 30 de junho de 2022 montante de R\$ (7.111), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

n. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras individuais é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras individuais e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2023	31/12/2022
Depósitos bancários	24	9
Reservas livres	12.092	3.472
Disponibilidades em moeda estrangeira	112	72
Total de disponibilidades	12.228	3.553
Operações compromissadas - Posição bancada	139.008	91.199
Letras Financeiras do Tesouro	16.009	91.199
Letras do Tesouro Nacional	52.142	-
Notas do Tesouro Nacional	70.857	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	161.852	94.742

As aplicações interfinanceiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	<u>30/06/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	Tx.	Curto prazo	Tx.	Curto prazo
Microcrédito	0,9999% a.a	501	0,9999% a.a	401
DI (pos)	100,00% CDI	10.115	100,00% CDI	18.372
DI (pré)		-	13,65% a.a.	91.199
Total		<u>10.616</u>		<u>109.972</u>

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

a. Títulos e valores mobiliários - Carteira própria

		<u>30/06/2023</u>		
Disponível para venda	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/09/2023 a 01/03/2026	28.742	28.726	16
Certificado de recebíveis imobiliários	13/05/2038	3.172	3.102	70
Total		<u>31.914</u>	<u>31.828</u>	<u>86</u>
		<u>31/12/2022</u>		
Disponível para venda	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/03/2023 a 01/03/2026	34.189	34.171	18
Certificado de recebíveis imobiliários	13/05/2038	4.212	4.645	(433)
Total		<u>38.401</u>	<u>38.816</u>	<u>(415)</u>

b. Títulos e valores mobiliários – Valores em garantia de operações – Mantido até o vencimento

		30/06/2023		
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro – LFT	01/03/2026	1.167	1.166	1
		31/12/2022		
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro – LFT	01/03/2023 a 01/03/2026	1.109	1.108	1

c. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de “swap”, envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e liquidação Financeira de Títulos – B3. Esses contratos são utilizados visando à eliminação parte do risco de oscilações de taxas de juros da carteira de empréstimos (corrigidos pelo CDI), conforme demonstrada a seguir:

30/06/2023				
Contratos de <i>Swap</i>	Valor referencial	Diferencial a receber (pagar)	Posição ativa	Posição passiva
Ativos IPCA x Passivos DI	50.000	1.782	50.280	48.498
Ativos DI x Passivos Pré (*)	108.280	(856)	108.687	109.622
Total	158.280	926	158.967	158.120
31/12/2022				
Contratos de <i>Swap</i>	Valor referencial	Diferencial a receber (pagar)	Posição ativa	Posição passiva
Ativos IPCA x Passivos DI	50.000	5.542	53.568	48.026
Total	50.000	5.542	53.568	48.026

(*) Instrumento financeiro classificado como *hedge* de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação a mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações para preço de mercado. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas, a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para novos modelos.

Efetividade do hedge **30/06/2023**

Contratos de swap firmados em outras instituições financeiras, registrados na B3

Valor do instrumento de “*hedge*” 109.525
Valor do objeto de “*hedge*” 110.956

Taxa de efetividade (*) 101,31%

(*) A efetividade do *hedge* encontra-se em conformidade conforme estabelecido no artigo 5º, inciso II da Circular BACEN n.º 3.082/02

d. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de aplicações em operações compromissadas	7.868	3.745
Deságio na colocação de títulos	(639)	(538)
Resultado com títulos de renda fixa	4.769	3.933
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(328)	(1.028)
Total	11.670	6.112

6 Operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:

	30/06/2023		31/12/2022	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Cheque Especial	1	0,00%	1	0,00%
Crédito pessoal e CDC	618	0,07%	242	0,03%
Crédito pessoal consignado	331.297	36,96%	327.369	40,85%
Capital de giro	386	0,04%	601	0,08%
Cartão de crédito	12.149	1,36%	15.161	1,89%
Empréstimos com garantia	532.433	59,39%	438.150	54,68%
Financ. imob. empreend - aquisição	2.119	0,24%	1.906	0,24%
Financ. imob. resid. - aquisição	16.856	1,88%	17.866	2,23%
Financ. imob. resid.- construção	610	0,06%	-	-
Total	896.469	100,00%	801.296	100,00%
Circulante	208.578		186.744	
Não circulante	687.891		614.552	

b. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

b.1 Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.
*Demonstrações financeiras individuais referente ao
semestre findo em 30 de junho de 2023*

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo no início do período/exercício	(25.355)	(11.171)
Constituição líquido de reversões.	(13.617)	(26.545)
Créditos baixados para prejuízo	10.708	12.361
Saldo final do período / exercício	(28.264)	(25.355)
Circulante	(15.463)	(16.038)
Não Circulante	(12.801)	(9.317)

Foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo”, no semestre findo em 30 de junho de 2023, o montante de R\$ 1.414 (R\$ 2.096 em 31 de dezembro de 2022).

- No semestre findo em 30 de junho de 2023, o Banco efetuou as seguintes operações:
- (i) refinanciadas, totalizaram R\$ 32.358 (R\$ 41.826 em 31 de dezembro 2022) e;
 - (ii) renegociadas totalizam o em R\$ 29.774 (R\$ 36.256 em 31 de dezembro 2022).

Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

	30/06/2023	31/12/2022
A vencer		
Até 3 meses	50.157	43.978
De 3 meses a 12 meses	139.853	122.708
De 1 a 3 anos	391.894	349.268
De 3 a 5 anos	142.25	170.500
De 5 a 15 anos	148.742	92.291
Acima de 15 anos	4.980	2.493
Total a vencer	877.901	781.238
Vencidos	18.568	20.058
Total	896.469	801.296

b.2 Composição da carteira e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perda esperada associada ao risco de crédito em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	% de provisão	Setor			30/06/2023		31/12/2022	
			Comércio	Serviços	Pessoa física	Total	Valor da provisão	Total	Valor da provisão
AA	Normal	0,00%	-	11.047	70.973	81.810	-	71.558	-
A	Normal	0,50%	1.732	24.091	628.943	654.766	(3.274)	577.105	(2.506)
B	Normal	1,00%	-	1.911	40.151	42.062	(421)	45.850	(678)
	Vencido		-	4.464	44.130	48.594	(486)	36.865	(69)
C	Normal	3,00%	-	-	2.625	2.625	(79)	3.281	(133)
	Vencido		-	1.355	30.994	32.349	(970)	30.823	(306)
D	Normal	10,00%	-	-	54	54	(5)	401	(36)
	Vencido		-	-	5.076	5.076	(508)	5.875	(515)
E	Normal	30,00%	-	-	3	3	(1)	3	(21)
	Vencido		-	-	4.321	4.321	(1.296)	6.590	(927)
F	Normal	50,00%	-	-	18	18	(9)	68	(56)
	Vencido		-	-	5.092	5.092	(2.546)	7.643	(1.416)
G	Normal	70,00%	-	-	69	69	(48)	79	-
	Vencido		-	31	3.331	3.362	(2.353)	3.509	(843)
H	Normal	100,00%	-	-	134	134	(134)	5	(26)
	Vencido		-	-	16.134	16.134	(16.134)	11.641	(3.639)
Total			1.732	42.899	851.838	896.469	(28.264)	801.296	(11.171)
Circulante			-	-	-	208.578	(15.463)	186.744	(16.038)
Não Circulante			-	-	-	687.891	(12.801)	614.552	(9.317)

c. Cessão de crédito

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, o Banco não adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, (R\$ 562 em 31 de dezembro de 2022). Estas operações auferiram, no semestre, renda no montante de R\$ 212 (R\$ 396 em 31 de dezembro de 2022). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

Durante o semestre em epígrafe, o Banco alienou parte da carteira de crédito para parte relacionada, no montante de R\$ 10.588 (R\$ 6.518 em 31 de dezembro de 2022). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

7 Outros ativos financeiros

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		
Dividendos e juros ao capital próprio a receber	1.225	864
Depósitos no Banco Central	200	205
Serviços prestados a receber	1.928	1.930
Outras rendas a receber	-	98
Adiantamentos e antecipações salariais	140	48
Impostos a recuperar (c)	3.001	2.889
Devedores diversos (b)	1.779	217
Valores a receber de sociedades ligadas	220	218
Prêmio ou (-)Desconto em operações de crédito	(5)	(5)
Títulos e créditos a receber (a)	6.381	19.539
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(36)	(100)
Total	14.833	25.875
Não circulante		
Devedores por depósitos em garantia	451	798
Títulos e créditos a receber (a)	364	433
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(326)	(413)
Total	489	818

- (a) Os valores inscritos em “Títulos e Créditos a Receber”, tanto no circulante como no não circulante, são representados em 30 de junho de 2022, basicamente por: (i) R\$ 116 saldos não repassados de órgãos públicos (R\$ 99 em 31 de dezembro de 2022); (ii) R\$ 248 são referentes a valores sem características de concessão de crédito (R\$ 248 em 31 de dezembro de 2022) este valor encontra-se provisionado para sua perda em sua totalidade por se tratarem de negociações com lojistas, que estão mantidos em processo de cobrança e (iii) R\$ 6.381 com característica de concessão de crédito para operações do cartão de crédito Bari (R\$ 19.539 em em 31 de dezembro de 2022), do qual está constituído provisão para perdas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 36 (R\$ 100 em 31 de dezembro de 2022).
- (b) Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados por: (i) valores relativos a portabilidade no montante de R\$ 212 (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2022); (ii) baixas de parcelas a processar no montante de R\$ 441 (R\$ 21 em 31 de dezembro de 2022) (iii) valores em contestação BariCard em R\$ 117 (37 em 31 de dezembro de 2022); (iv) operações a regularizar no próximo dia útil relacionado ao boleto de depósito, no valor de R\$ 37 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022, (v) custas de consolidação de imóveis no valor de R\$ 312 (R\$ 148 em 31 de dezembro de 2022) e (vi) demais pulverizados que somam o valor de R\$ 564 (R\$ 0 de 31 de dezembro de 2022).
- (c) Referem-se a valores de antecipações de IRPJ e CSLL ocorridas, que serão recuperadas em exercícios futuros.

8 Outros ativos

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		
Despesas antecipadas – assinatura de periódicos	1	1
Despesas antecipadas – assessoria e consultoria	49	3
Despesas antecipadas – reforma imóveis terceiros	99	154
Despesas antecipadas – seguros	13	9
Despesas antecipadas – Serviços técnicos especializados	617	196
Despesas antecipadas – estoque plástico BariCard	647	676
Despesas antecipadas – pontos livelo	50	-
Despesas antecipadas – tributos estaduais	15	-
Despesas antecipadas – tributos municipais	28	-
Despesas antecipadas – taxas CVM	30	-
Ativos financeiros recebidos mantidos para venda	<u>925</u>	<u>1.742</u>
Total	<u>2.474</u>	<u>2.782</u>
Não circulante		
Ativos financeiros recebidos mantidos para venda	13.243	3.118
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	<u>(750)</u>	<u>(750)</u>
Total	<u>12.493</u>	<u>2.368</u>

9 Investimentos temporários

Em 24 de fevereiro de 2023, o Banco adquiriu 999 (novecentas e noventa e nove) cotas de participação societária da empresa BariCor Corretora de Seguros Ltda, ao custo de R\$ 1,00 (um real unitário), sendo R\$ 999,00 (novecentos e noventa e nove reais) preço total.

Em 31 de março de 2023, o Banco alienou todas as 999 (novecentas e noventa e nove) cotas, ao valor de R\$ 10 mil reais o valor unitário, sendo R\$ 9.990 (nove milhões e novecentos e noventa reais).

Reconhecidos no resultado o valor líquido de R\$ 9.989 na linha de “OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS”

10 Investimentos

	Controladas			Coligada	Período	
	Bari Gestão de Recursos Ltda (a)	Bari Securitizadora S.A (b)	Bari Companhia Hipotecária (c)	CRT4 – Central de registros de títulos e ativos (d)	30/06/2023 Total	2022 Total
Informações sobre a controlada:						
Número de ações de capital	1.950.000	3.750.000	45.000.000	82.834.400	-	-
Ativo total	3.750	10.175	340.653	-	-	-
Lucro do período	1.557	825	6.394	-	-	-
Patrimônio líquido:						
Capital social	1.950	3.750	45.000	82.834	-	-
Reservas de lucros	1.629	3.840	21.831	-	-	-
Ajuste a valor de mercado	-	59	4	-	-	-
Informações sobre o investimento na controlada:						
Número de ações possuídas	1.320	3.712	44.550	1.169	-	-
Percentual de participação (%)	67,67%	99,00%	99,00%	1,07463%	-	-
Movimentação dos investimentos no exercício:						
Saldo início do período	1.729	6.583	59.836	890	69.038	92.206
Aumento de capital	-	-	-	279	279	1.166
Dividendos	-	-	(361)	-	(361)	(33.362)
Resultado de equivalência patrimonial	693	990	6.330	-	8.013	9.028
Saldo final do período	<u>2.422</u>	<u>7.573</u>	<u>65.805</u>	<u>1.169</u>	<u>76.969</u>	<u>69.038</u>

- (a) Em 2016, o Banco, adquiriu participação societária, junto à empresa Bari Gestão de Recursos Ltda, com valor nominal de cotas correspondentes a R\$ 1.320 (hum milhão, trezentos e vinte mil reais). A Bari Gestão, tem como objeto social a gestão de carteira de títulos e valores mobiliários.

- (b) Em 2017, o Banco, adquiriu 99% de participação societária, junto à empresa Bari Securitizadora S.A., com valor nominal de R\$ 1.337 (Hum milhão, trezentos e trinta e sete mil reais). A Bari Securitizadora tem como objeto social: (a) aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.
- (c) Em setembro de 2011, o Banco Central do Brasil aprovou o funcionamento da Bari Companhia Hipotecária, na qual o Banco detém participação de 99% do capital. A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.
- (d) Em julho de 2018, o Banco iniciou processo para participar acionariamente da empresa CRT4 – Central de Registro de Ativos S.A. que em como objeto social atividades de registro de títulos e de outros instrumentos financeiros, que não sejam considerados valores mobiliários, incluindo o registro de ônus e gravames a eles relacionados, ou sobre ele incidentes. A mesma encontra-se em fase pré-operacional, e o método de reconhecimento é por custo visto a inexistência de influência significativa.

11 Intangível

Semestre findo em 30 de junho de 2023

	Gerados internamente	Adquirido de terceiros	Total
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.521	1.202	29.723
Movimentação do custo			
Custo em 1º de janeiro de 2023	47.010	2.993	50.003
Adições	3.495	51	3.546
Baixas	-	-	-
Custo em 30 de junho de 2023	50.505	3.044	53.549
Movimentação da amortização			
Amortização em 1º de janeiro de 2023	(18.489)	(1.791)	(20.280)
Amortização	(6.178)	(287)	(6.465)
Baixas	-	-	-
Amortização em 31 de junho de 2023	(24.667)	(2.078)	(26.745)
Saldo contábil líquido:			
Em 30 de junho de 2023	25.838	966	26.804

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	Gerados internamente	Adquirido de terceiros	Total
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.371	1.685	26.056
Movimentação do custo			
Custo em 1º de janeiro de 2022	32.206	2.863	35.069
Adições	15.216	130	15.346
Baixas	(412)	-	(412)
Custo em 31 de dezembro de 2022	47.010	2.993	50.003
Movimentação da amortização			
Amortização em 1º de janeiro de 2022	(7.835)	(1.178)	(9.013)
Amortização anual	(10.842)	(613)	(11.455)
Baixas	188	-	188
Amortização em 31 de dezembro de 2022	(18.489)	(1.791)	(20.280)
Saldo contábil líquido:			
Em 31 de dezembro de 2022	28.521	1.202	29.723

12 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Depósitos

Vencimento	À vista		A prazo		Outros depósitos	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Sem vencimento (a.1)	25.808	18.828	-	-	190	186
Até 3 meses	-	-	91.053	21.306	-	-
De 04 a 12 meses	-	-	115.195	162.373	-	-
Acima de 12 meses	-	-	301.562	285.337	-	-
Total	28.808	18.828	507.810	469.016	190	186
Circulante	25.808	18.828	206.248	183.679	190	186
Não Circulante	-	-	301.562	285.337	-	-

(a.1) Apresentadas como “sem vencimento”, pois não existe data de vencimento contratual.

b. Obrigações por operações compromissadas

Referem-se a operações de recompras a liquidar, lastradas em títulos públicos federais

Recompras a liquidar – carteira terceiros	30/06/2023	31/12/2022
Notas do tesouro nacional	52.142	-
Total	52.142	-

c. Recursos de aceites de emissão de títulos

(i) Recursos de aceites cambiais

30/06/2023				31/12/2022
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo total
104	-	-	104	2.880
Circulante	-	-	104	2.880
Não circulante	-	-	-	-

(ii) Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias

30/06/2023				31/12/2022
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo total
63.807	128.616	335.026	527.449	423.990
Circulante	-	-	192.423	155.672
Não circulante	-	-	335.026	268.318

d. Reconciliação das despesas de captação com o resultado

	30/06/2023	30/06/2022
Despesas depósitos a prazo	(30.969)	(34.440)
Despesas aceites cambiais	(93)	(278)
Despesas de operações compromissadas	(2)	(20)
Despesas de letra de crédito imobiliário	(27.948)	(15.582)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	<u>(796)</u>	<u>(530)</u>
Total	<u><u>(59.808)</u></u>	<u><u>(50.810)</u></u>

13 Relações interfinanceiras

Circulante	30/06/2023	31/12/2022
Transações de pagamento – cartão de débito	416	574
Transações de pagamento – cartão de crédito	<u>6.212</u>	<u>18.685</u>
Total	<u><u>6.628</u></u>	<u><u>19.259</u></u>

14 Obrigações sociais e estatutárias

Circulante	30/06/2023	31/12/2022
Dividendos a pagar	1.118	-
Juros sobre capital próprio a pagar	<u>37</u>	<u>37</u>
Total	<u><u>1.155</u></u>	<u><u>37</u></u>

15 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		
Impostos e contribuições s/ lucros	22	-
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	131	154
Impostos e contribuições s/ salários	150	230
Impostos diferidos	524	-
Outros	<u>546</u>	<u>332</u>
Total	<u><u>1.373</u></u>	<u><u>716</u></u>
Não Circulante		
Impostos diferidos	<u>317</u>	<u>2.494</u>
Total	<u><u>317</u></u>	<u><u>2.494</u></u>

16 Outras obrigações - Diversas

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		
Despesas de pessoal	608	556
Outras provisões	3.895	2.253
Credores diversos - país (a)	15.900	25.191
Total	20.403	28.000
Não circulante		
Credores diversos - país (a)	532	-
Provisão para contingência (nota 16)	662	520
Total	1.194	520

- (a) Referem-se a:
- (i) parcelas de operações de crédito recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente no montante de R\$ 665 (R\$ 1.384 em 31 de dezembro de 2022);
 - (ii) contratos a liberar e compra de carteira R\$ 15.145 (R\$ 21.849 em 31 de dezembro de 2022);
 - (iii) outras despesas acessórias a pagar R\$ 549 (R\$ 1.323 em 31 de dezembro de 2022);
 - (iv) saldo credor cartão portador R\$ 30 (R\$ 162 em 31 de dezembro de 2022); e
 - (v) outros credores pulverizados R\$ 43 (R\$ 473 em 31 de dezembro de 2022).

17 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

No semestre findo de 30 de junho de 202 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram reconhecidos ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto. Para os processos classificados com risco de perda provável o Banco efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no exercício

Em 30 de junho de 2023, o Banco possui contabilizada provisão para ações cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 662 (R\$ 520 em 31 de dezembro de 2022), registrada na rubrica “Outras obrigações - Diversas”, conforme movimentação demonstrada abaixo:

	Saldo no início do período	Constituição	Reversão	Pagamentos	Saldo no final do período
Cíveis	166	383	(94)	(48)	407
Trabalhistas	354	20	(119)	-	255
Total – 31/12/2022	520	403	(213)	(48)	662
Total – 31/12/2022	234	308	(11)	(13)	520

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificado como provável.

d. Passivos contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 30 de junho de 2023, os processos de natureza cível classificados como possíveis totalizaram R\$ 4.887 (R\$ 4.501 em 31 de dezembro de 2022).

O Banco possui processos de natureza trabalhistas classificados como risco de perda possível, em 30 de junho de 2023, no montante de R\$ 382 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

Não há processos de natureza fiscal classificados como risco de perda possível.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O valor do capital social é R\$ 104.500 (R\$ 100.000 em 31 de dezembro de 2022), sendo R\$ 102.410 em ações ordinárias e nominativas e R\$ 2.090 em ações preferenciais nominativas.

Em 28 de fevereiro de 2023, os acionistas deliberaram um aumento de capital, integralizados em moeda corrente, no montante de R\$ 4.500, com emissão de 4.410.000 ações ordinárias e nominativas e 90.000 ações preferenciais nominativas. O referido aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 17 de março de 2023.

Acionistas	Participação %	Total ações
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	35,4751%	37.071.483
Ivo Luiz Roveda	24,1869%	25.275.312
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	19,6000%	20.482.000
Enio Fornea Junior	11,7635%	12.292.854
Antonio Bordin Neto	6,9745%	7.288.351
Evaldo Leandro Perussolo	2,0000%	2.090.000
Total	100,0000%	104.500.000

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva estatutária

A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Conciliação dividendos e JCP a pagar	Vlr. Prov.	Vlr. IRRF	Vlr. Liq. pagar	Valor pago em períodos anteriores	Valor Pago exercício corrente	Residual a pagar	Data Pagto	Deliberado por
Juros sobre capital próprio – JCP – 2019	5.040	(756)	4.284	(3.018)	-	37	Pagto parcial em 16/05/2019, 12/01/2021 e 30/04/2021, 31/05/2022	24º AGO 30/04/2020
Dividendos propostos em junho 2023	1.118	-	1.118	-	-	1.118	-	Não deliberado
Total					-	1.155		

d.1 Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	30/06/2023	31/12/2022
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (6%)		
Lucro (prejuízo) líquido do período	4.706	(11.314)
Reserva legal (5%)	(235)	-
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	4.470	-
Dividendos mínimos obrigatórios (25% conforme estatuto social)	(1.118)	-

19 Transações entre partes relacionadas

	30/06/2023			31/12/2022		
	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)
Pessoas físicas						
LC, LCI e CDB (a)	(98.971)	-	(6.050)	(100.514)	-	(10.180)
Depósitos a vista	(273)	-	-	(318)	-	-
Operações de crédito	100	-	-	145	-	-
Remuneração administradores	-	-	(468)	-	-	(936)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(745)	-	-	(24)	-	-
Controladas (a)						
Serviços prestados	1.925	1.652	-	1.930	40	(91)
Aplicação Interfinanceira	10.115	1.223	-	18.372	1.326	-
Operações de crédito	2	-	-	-	-	-
Utilização de Estrutura Compartilhada	155	1.634	-	215	3.349	-
Dividendos e JCP	1.225	-	-	957	-	-
Contratos de compra e venda de receb imobiliários.	(7)	-	(164)	-	-	-
LC e CDB (a)	(3.778)	-	(283)	(3.229)	-	(634)
Remuneração Banco Liquidante	-	21	-	-	-	-

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.
*Demonstrações financeiras individuais referente ao
semestre findo em 30 de junho de 2023*

	30/06/2023			31/12/2022		
	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)
Pessoas jurídicas						
Desenvolvimento de software	(962)	-	(7.412)	-	-	(16.845)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(410)	-	-	(13)	-	-
Depósitos a vista	(14)	-	-	-	-	-
LC, LCI e CDB (a)	-	(41.990)	(2.898)	-	(40.878)	(5.682)
Prestação de serviços administrativos e cobrança (b)	(1.783)	-	(9.820)	(754)	-	(14.104)
Aluguel comercial	-	-	(45)	-	-	(98)
Utilização de Estrutura Compartilhada (c)	64	-	251	-	-	-
Operação de crédito	2	-	-	7	-	-

Informações adicionais:

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2023, o Banco alienou parte da carteira de crédito para a relacionada, Bari Securitizadora S.A., através dos patrimônios em separado, para emissão de CRI no montante de R\$ 10.588 (R\$6.518 em 31 de dezembro de 2022). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

As transações foram realizadas de acordo com condições determinadas por políticas para transações entre partes relacionadas deste Grupo.

- (*) São partes relacionadas pessoa jurídica, as seguintes empresas : (i) Bari Companhia Hipotecária, (ii) Bari Securitizadora S.A; (iii) Bari Service de Crédito Ltda.; (iv) Bordin Administração e Incorporação Ltda.; (v) Barigüi Veículos Ltda.; (vi) Central Brasileira de Cobrança Ltda.; (vii) Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.; (viii) Bari Gestão de Recursos Ltda.; (ix) Enio Fornea & Cia Ltda.; (x) Center Automóveis Ltda.; (xi) Espaço Automóveis Ltda.; (xii) GFA Incorporações Ltda.; (xiii) Amambahy Participações Ltda.; (xiv) Fórmula Automóveis Ltda.; (xv) Instituto Barigüi; (xvi) Marumbi Investimentos Ltda; (xvii) Bari Tecnologia e Serviços de Informática Ltda; (xviii) BariSeg Corretora de Seguros Ltda; (xix) Bari Serviços de Apoio a Escritórios Ltda; (xx) EZN Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda; e (xxi) DI Documentação Imobiliária Ltda.
- (a) Controladas: Bari Companhia Hipotecária, Bari Securitizadora S.A, Bari Gestão de Recursos Ltda.
- (b) Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.
- (c) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

a. Política de remuneração

O Banco remunera quatro membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Os membros da diretoria executiva tem remuneração de natureza fixa e variáveis. O valor em 30 de junho de 2023 está representado por R\$ 468 (R\$ 456 em 30 de junho de 2022).

20 Rendas de prestação de serviços

	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de comissão de colocação de títulos	1.950	2.199
Confecção de cadastro pessoa física e jurídica	497	1.429
Rendas com <i>interchange</i>	760	1.711
Utilização de canais de atendimento prioritário	53	55
Rendas de outros serviços	325	220
	<u>3.585</u>	<u>5.614</u>
Total	<u>3.585</u>	<u>5.614</u>

21 Despesas tributárias

	30/06/2023	30/06/2022
Despesa de PIS	(274)	(179)
Despesa de COFINS	(1.689)	(1.104)
Despesas de ISS	(82)	(171)
Outros	(123)	(186)
	<u>(2.168)</u>	<u>(1.640)</u>
Total	<u>(2.168)</u>	<u>(1.640)</u>

22 Outras despesas administrativas

	30/06/2023	30/06/2022
Despesas com serviços terceirizados (a)	(16.091)	(14.785)
Despesas de processamento de dados	(7.123)	(8.224)
Despesa com serv. téc. especializados	(1.856)	(4.264)
Despesas com propaganda e publicidade	(1.426)	(6.389)
Despesas com amortização/depreciação	(6.638)	(5.225)
Despesas de comunicação	(831)	(1.814)
Despesas serviço sistema financeiro	(613)	(1.489)
Despesas de aluguel comercial	(176)	(173)
Despesas judiciais e cartório	(17)	(202)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(696)	(2.020)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(191)	(233)
Despesas com viagens	(40)	(94)
Despesas com acordo judicial	(330)	(22)
Despesas de seguros	(22)	(18)
Despesa de transporte	(21)	(58)
Outras despesas	(216)	(232)
	<u>(216)</u>	<u>(232)</u>
Total	<u>(36.287)</u>	<u>(45.242)</u>

(a) Refere-se principalmente à:

- (i) Apropriação de despesas com comissões por indicação e originação de operações de crédito no resultado para o semestre findo em 30 de junho de 2023 correspondem ao valor de R\$ 8.803 (R\$ 5.452 em 30 de junho de 2022),
- (ii) As despesas incorridas a título de assessoria de cobrança para o semestre findo em 30 de junho de 2023, correspondem a R\$ 885 (R\$ 1.012 em 30 de junho de 2022);
- (iii) As despesas incorridas a título de custos de repasse aos órgãos públicos para o semestre findo em 30 de junho de 2023, correspondem a R\$ 641 (R\$ 568 em 30 de junho de 2022);
- (iv) As despesas com administração de dados das carteiras de operação de crédito, para o semestre findo em 30 de junho de 2023, correspondem a R\$ 3.018 (R\$ 1.993 em 30 de junho de 2022);
- (v) As despesas relativas à assessoria em recursos humanos, análise de crédito, análise de abertura de conta, ponto de atendimento e plataforma digital para o semestre findo em 30 de junho de 2023, correspondem a R\$ 2.240 (R\$ 4.099 em 30 de junho de 2022);
- (vi) As despesas incorridas a título de assessoria e consultoria para o semestre findo em 30 de junho de 2023, correspondem a R\$ 415 (R\$ 718 em 30 de junho de 2022); e
- (vii) Outras despesas pulverizadas, para o semestre findo em 30 de junho de 2023, correspondem a R\$ 89 (R\$ 943 em 30 de junho de 2022).

O Banco possui processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Os honorários relativos à auditoria independente relativos ao exercício de 31 de dezembro de 2023 montam R\$ 152.

23 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2023	30/06/2022
Impostos correntes		
Provisão para imposto de renda	(12)	-
Provisão para contribuição social	(10)	-
Total	(22)	-
Ativo fiscal diferido	1.365	1.294
Prejuízo fiscal diferido para imposto de renda e contribuição social	1.692	13.016
Total imposto de renda e contribuição social	3.057	14.310

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2023	30/06/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, juros sobre o capital próprio	1.671	(21.421)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25%	(568)	9.640
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições Permanentes	-	(3)

Exclusões:

Equivalência	3.606	4.673
Outros	181	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.035	14.310
Imposto de Renda e Contribuições Social - correntes	(22)	-
Imposto de Renda e Contribuições Social - Diferido	3.057	14.310

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo inicial em 01/01/2023	Constituição	Baixa	Saldo final em 30/06/2023
Imposto de renda				
Prejuízo Fiscal Base IRPJ	19.337	2.916	(2.921)	19.332
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.050	993	(346)	4.697
Provisão para contingências	136	52	(16)	172
MtM instrumentos financeiros SWAP-hedge accounting	-	234	-	234
MtM instrumentos financeiros SWAP		101	-	101
MtM Títulos e Valores Mobiliários	104	141	(267)	(22)
Instrumentos financeiros a receber	(1.386)	(29)	969	(446)
Outras provisões	290	-	(21)	269
Ativo Fiscal Diferido	23.813	4.296	(3.304)	24.805
Passivo Fiscal Diferido	(1.282)	112	702	(468)
Contribuição social				
Base negativa de CSLL	15.469	2.333	(2.337)	15.465
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.237	795	(277)	3.755
Provisão para contingências	110	42	(13)	139
MtM instrumentos financeiros SWAP-hedge accounting	-	187	-	187
MtM instrumentos financeiros SWAP		81	-	81
MtM Títulos e Valores Mobiliários	83	113	(213)	(17)
Instrumentos financeiros a receber	(1.108)	(23)	775	(356)
Outras provisões	233	-	(17)	216
Ativo Fiscal Diferido	19.049	3.438	(2.644)	19.843
Passivo Fiscal Diferido	(1.025)	90	562	(373)

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.
Demonstrações financeiras individuais referente ao
semestre findo em 30 de junho de 2023

TOTAL Ativo Fiscal Diferido	42.862	7.734	(5.948)	44.648
TOTAL Passivo Fiscal Diferido	(2.307)	202	1.264	(841)

Conciliação dos efeitos

Efeito no Resultado	3.070
Efeito no Patrimônio Líquido	191
Efeito Prejuízo Fiscal - Resultado	(9)
Total	<u><u>3.252</u></u>

	Saldo inicial em 01/01/2022	Constituição	Reversão	Saldo final em 31/12/2022
Imposto de renda				
Prejuízo Fiscal	9.668	12.083	(2.414)	19.337
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.316	2.108	(374)	4.050
Provisão para contingências	58	86	(8)	136
Provisão MTM Swap	886	436	(2.680)	(1.358)
MTM Títulos e Valores Mobiliários	235	105	(236)	104
Outras provisões	318	158	(186)	290
Créditos Tributários de IRPJ	<u>13.481</u>	<u>14.976</u>	<u>(5.899)</u>	<u>22.558</u>
Contribuição social				
Prejuízo Fiscal	7.734	9.666	(1.932)	15.469
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.851	1.686	(300)	3.237
Provisão para contingências	47	69	(6)	110
Provisão MTM Swap	709	348	(2.144)	(1.087)
MTM Títulos e Valores Mobiliários	188	84	(189)	83
Outras provisões	255	126	(148)	233
Créditos Tributários de CSLL	<u>10.784</u>	<u>11.979</u>	<u>(4.719)</u>	<u>18.045</u>
Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL	<u>24.265</u>	<u>26.955</u>	<u>(10.617)</u>	<u>40.603</u>
Total de créditos tributários Ativo Diferido	-	-	-	43.049
Total de créditos tributários Passivo Diferido	-	-	-	(2.494)

As diferenças temporárias relativas às:

- (i) Provisões para contingências pela sua natureza, espera-se que seja realizado até o encerramento do exercício de 2025;
- (ii) Provisão para desvalorização de ativos não financeiros, classificado em outras provisões, tem sua expectativa de realização ao final do exercício de 2025;
- (iii) Outros ativos sem característica de concessão de crédito, classificado em outras provisões, tem expectativa de realização ao encerramento do exercício de 2024 e 2025, respectivamente;
- (iv) Marcação a Mercado para derivativos swap (ativos), as realizações ocorrerão em durante os exercícios de 2024, 2025, 2026 e 2027, de acordo com os vencimentos dos respectivos contratos de SWAP;

- (v) Provisões para perdas sobre as operações de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, com expectativa de realização em sua totalidade até o exercício de 2026, e
- (vi) Prejuízo Fiscal está com expectativa de realização do saldo acumulado até 30 de junho de 2023, sendo: (i) 15% para o exercício 2024, (ii) 35% para o exercício de 2025 e (iii) 50% para o exercício de 2026.

Considerando a expectativa de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em junho de 2023 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	<u>06.2024</u>	<u>06.2025</u>	<u>06.2026</u>	<u>TOTAL</u>
<u>ATIVO FISCAL DIFERIDO</u>				
Imposto de Renda				
Diferenças Temporária Tributável	3.291	606	1.342	5.240
Diferença Temporária	-	57	177	234
Prejuízo Fiscal	<u>2.900</u>	<u>6.766</u>	<u>9.666</u>	<u>19.331</u>
Total	<u><u>6.191</u></u>	<u><u>7.429</u></u>	<u><u>11.185</u></u>	<u><u>24.804</u></u>
Valor Presente	<u><u>5.394</u></u>	<u><u>6.473</u></u>	<u><u>9.746</u></u>	<u><u>21.612</u></u>
Contribuição Social				
Diferenças Temporária Tributável	2.633	485	1.074	4.192
Diferença Temporária	-	45	142	187
Prejuízo Fiscal	<u>2.320</u>	<u>5.413</u>	<u>7.732</u>	<u>15.465</u>
Total	<u><u>4.952</u></u>	<u><u>5.943</u></u>	<u><u>8.948</u></u>	<u><u>19.843</u></u>
Valor Presente	<u><u>4.315</u></u>	<u><u>5.178</u></u>	<u><u>7.796</u></u>	<u><u>17.290</u></u>
<u>PASSIVO FISCAL DIFERIDO</u>				
Imposto de Renda				
Diferenças Temporária Tributável	289	156	-	446
Diferença Temporária	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>18</u>	<u>22</u>
Total	<u><u>291</u></u>	<u><u>158</u></u>	<u><u>18</u></u>	<u><u>467</u></u>

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.
*Demonstrações financeiras individuais referente ao
semestre findo em 30 de junho de 2023*

	254	138	15	407
Contribuição Social				
Diferenças Temporária Tributável	232	125	-	356
Diferença Temporária	1	2	14	17
Total	233	127	14	374
Valor Presente	203	110	12	326

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de juros de captação de 108,21% CDI.

O Banco não deixou de ativar os créditos tributários durante o semestre findo em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

d. Obrigações fiscais diferidas

As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$ 855 em 30 de junho de 2023 referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e hedge de fluxo de caixa (R\$ 1.469 em 30 de junho de 2022).

24 Patrimônio líquido exigido (acordo da Basileia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em junho de 2023 atingiu 13,37% representativo do Conglomerado Prudencial Bari, atendendo preceitos regulamentares.

	30/06/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência	<u>97.846</u>	<u>88.671</u>
Índice de Basileia BACEN	<u>13,37</u>	<u>12,62</u>

25 Estrutura de gerenciamento integrado de riscos e de capital

O Banco conta com uma Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, abrangendo entre outros, os riscos de: Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional, Socioambiental e Gerenciamento de Capital. Tal estruturação possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação de eventuais perdas, seus impactos e probabilidades, aos quais esteja exposto. Ademais, assegura que eles estejam em linha com a Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, normas, procedimentos e relatórios. As ações acima visam subsidiar as resultantes decisões administrativas, tornando-as mais assertivas e mantendo-as sempre em linha com as melhores práticas de mercado e, ainda atendendo às regulações pertinentes em vigor.

A Estrutura é segregada das áreas de negócios, evitando conflitos de interesses, assim garantindo sua independência. As respectivas diretrizes são formalizadas através de políticas, normas e procedimentos, para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis. Na estrutura sob apreço tem o papel relevante o **Comitê de Gerenciamento Integrado de Risco e Capital** que subsidia o Diretor de Riscos e Capital (Chief Risk Officer - CRO) e o Conselho de Administração na tomada de decisões.

As medidas para implementação das providências antes declinadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe estrutura de gerenciamento de riscos e capital, foi concluído no segundo semestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos do Banco.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios do Banco podem ser considerados como:

a. Risco de crédito

Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito do Banco envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos operacionais para concessão e recuperação de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos da espécie. Visando a mitigação, os limites são aprovados por Comitê de Crédito e revisados regularmente, em conjunto com o exame da suficiência das garantias oferecidas.

Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de crédito e/ou renegociação.

b. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle oriundos de sistemas informatizados ou manuais, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de ameaças, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação.

Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no Banco, a área de Risco Operacional tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Inserir-se, também, neste contexto, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) e a Abordagem Padronizada Alternativa.

c. Gestão de continuidade de negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do Banco e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e, anualmente, são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

d. Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado, identificado como decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e/ou taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional.

Desta forma, objetiva embasar decisões estratégicas, com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, o Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a tal risco, com diversificação e seleção criteriosa de investimentos.

e. Risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas ao Diretor Superintendente as projeções de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de tomadas de financiamentos, bem como qualquer informação relevante para o bom gerenciamento de liquidez, as quais balizam as estratégias de captação e de aplicação de recursos próprios de forma a garantir um nível adequado de liquidez e a segurança do seu capital. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para seu ajuste, incluindo a realização de swaps.

O Banco conta com um Plano de Contingência de Liquidez que contempla as estratégias e procedimentos a serem executados em situação de crise.

f. Risco de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pelo Banco para fazer face aos riscos a que está exposto, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos e necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

De forma geral, todos os riscos antes abordados têm decorrência no eficaz gerenciamento de capital, de maneira à manutenção da liquidez do patrimônio da sociedade.

Em complemento ao afirmado no parágrafo anterior, o Banco realiza testes de estresse (análise de sensibilidade), aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que o levem a suportar os efeitos assim levantados, mesmo em cenários adversos.

g. Risco socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras para avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à aspectos sociais (trabalho escravo, proteção a menores em atividades laborais, etc.) e, também, responsabilidade ambiental nos negócios e produtos ofertados pelo Banco, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou de fornecedores. As diversas modalidades de contratos gerados no Banco apresentam cláusulas específicas para prevenir inobservâncias aos preceitos que regem a matéria.

Ressaltamos que o risco socioambiental, consoante o prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 4327/2014, está presente no gerenciamento dos demais riscos, a saber:

“ O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º (instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.”

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital está registrada no endereço eletrônico: www.bariquicredito inteligente.com.br > institucional > gerenciamento de riscos.

26 Evento subsequente

Em 1º de agosto de 2023, foram concluídas as autorizações necessárias (Banco Central e CVM) e cumpridas as condições precedentes para consumação da operação de Incorporação das ações da CRT4 pela Núclea em 3 de agosto de 2023. A partir desta data, o Banco Bari passa a ser acionista da Núclea com 11.131 ações ordinárias e ainda que alienou a totalidade das ações preferenciais nos termos e condições da Assembleia de Acionistas realizada em 27 de fevereiro de 2023.

Em 7 de agosto de 2023, o Banco Bari celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças com a VBI Real Estate Gestão de Carteiras S.A. referente a alienação da totalidade das quotas da controlada Bari Gestão de Recursos Ltda.. A conclusão da transação depende da superação de algumas condições precedentes comuns a esse tipo de negociação, tal como aprovação do CADE.

* * *

Diretoria

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente

Evaldo Leandro Perussolo
Diretor Superintendente

Mateus Vargas Fogaça
Diretor Executivo

Eduardo Zagonel Neves
Diretor Executivo

Conselho de Administração

Ivo Luiz Roveda
Presidente

Enio Fornea Júnior
Vice Presidente

Felix Archanjo Bordin
Conselheiro

Antônio Bordin Neto
Conselheiro

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Conselheiro

Responsável Técnica
Cristiane Aparecida Damrat
Contadora CRC PR 063966/O-2



@bancobari



/bancobari



/bancobari



@banco_bari



bancobari.com.br



Avenida Sete de Setembro, 4781 | Sala 2
Água Verde | Curitiba-PR

banco
bari.